

Manoel Jorge e Silva Neto

Professor de Direito Constitucional nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Professor Visitante de Direito Constitucional e Direitos Humanos na Universidade da Flórida – Levin College of Law (EUA). Professor Visitante de Direito Constitucional Comparado na Universidade François Rabelais (FRA). Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Procurador do Ministério Público do Trabalho (BA). Membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho (ANDT) (Cadeira n. 64), do Instituto Brasileiro de Direito Social Cesarino Júnior, da Academia de Letras Jurídicas da Bahia (Cadeira n. 32) e do Instituto dos Advogados da Bahia (IAB). Ex-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

Curso de DIREITO CONSTITUCIONAL

Atualizado até a EC n. 71, de 29 de novembro de 2012,
e Súmula Vinculante n. 32, de 24 de fevereiro de 2011
(com comentários às Leis n. 11.417/2006 –
Súmula Vinculante – e 11.418/2006 –
Repercussão Geral de Questões Constitucionais)

8ª edição

2013



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACJUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesse: www.saraivajur.com.br

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 23 — Brotas

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURU (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Bauru

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomena Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL, Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Logoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 — Baista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565 — Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

ISBN 978-85-02-19801-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva Neto, Manoel Jorge e

Curso de direito constitucional / Manoel Jorge e
Silva Neto — 8. ed. — São Paulo : Saraiva, 2013.

1. Direito constitucional 2. Direito constitucional
- Brasil I. Título.

12-14838

CDU-342(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito constitucional 342(81)

Diretor editorial Luiz Roberto Curia

Gerente de produção editorial Lígia Alves

Editora Thais de Camargo Rodrigues

Assistente editorial Aline Darcy Flôr de Souza

Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

Liana Ganiko Brito

Maria Lúcia de Oliveira Godoy

Arte e diagramação Cristina Aparecida Agudo de Freitas

Edson Colobone

Revisão de provas Rita de Cássia Queiroz Gorgati

Renato Medeiros

Wilson Imoto

Serviços editoriais Maria Cecília Coutinho Martins

Vinicius Asevedo Vieira

Capa Muiraquitã Editoração Gráfica

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão EGB Editora Gráfica Bernardi Ltda

Acabamento EGB Editora Gráfica Bernardi Ltda

Data de fechamento da edição: 8-3-2013

Dúvidas?

Acesse www.saraivajur.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Abreviaturas	9
Nota à Primeira Edição	39
Nota à Segunda Edição	41
Nota à Terceira Edição	43
Nota à Quarta Edição	45
Nota à Quinta Edição	47
Nota à Sexta Edição	49
Nota à Sétima Edição	51
Nota à Oitava Edição	53

Parte I

Teoria da Constituição e Controle de Constitucionalidade	55
Capítulo 1 – Teoria da Constituição e o Direito Constitucional	57
1.1 Justificativa para uma Teoria da Constituição	57
1.2 Conteúdo da Teoria da Constituição	58
1.3 Problemas da Teoria da Constituição	59
1.4 O direito constitucional	60
1.4.1 Espécies	60
1.4.1.1 Direito constitucional especial, positivo ou particular.	60
1.4.1.2 Direito constitucional comparado	61
1.4.1.3 Direito constitucional geral	61
Capítulo 2 – Poder Constituinte	62
2.1 Introdução	62
2.2 Legitimidade do poder constituinte	62
2.3 A formulação teórica de Sieyès	64
2.4 Conceito, natureza, caracteres, titularidade e exercício do poder constituínte	67
2.4.1 Conceito de poder constituinte	67
2.4.2 Poder constituinte: poder de fato ou de direito?	67
2.4.3 O pensamento de Georges Burdeau e os caracteres do poder constituínte: inicialidade, autonomia e incondicionalidade	68
2.4.4 Poder constituinte e constituições costumeiras	69
2.4.5 Titularidade e exercício do poder constituinte	69

2.5 Espécies de poder constituinte	69
2.5.1 Poder constituinte originário e derivado. Poder constituinte decorrente	69
2.5.1.1 Poder constituinte derivado e poder constituinte decorrente: expressões equívocas?	71
2.5.2 Poder constituinte material e formal	73
2.5.3 Nossa opção: poder constituinte inato e adquirido.	74
2.6 Limitações ao poder de reforma.	75
2.6.1 Limitações processuais.	75
2.6.2 Limitações circunstanciais	76
2.6.3 Limitações materiais explícitas e implícitas	76
2.6.4 Limitações temporais	77
2.7 Mutação constitucional	78
2.7.1 Conceito	78
2.7.2 Divergência terminológica na doutrina.	79
2.7.3 Caracteres da mutação constitucional	80
2.7.4 As constituições flexíveis podem sofrer mutação constitucional?.	80
2.7.5 Inércia legislativa e mutação inconstitucional	81
2.7.6 Competência absoluta e mutação constitucional	81
Capítulo 3 – Constituição	82
3.1 Conceito	82
3.2 Concepções sobre as constituições.	82
3.2.1 A acepção sociológica de constituição	82
3.2.2 O sentido político de Carl Schmitt	84
3.2.3 A concepção jurídica de Hans Kelsen	85
3.2.4 A concepção de constituição total.	86
3.3 Classificação das constituições.	87
3.3.1 Fundamento para a classificação das constituições.	87
3.3.2 A classificação das constituições no direito constitucional estrangeiro	88
3.3.3 A classificação das constituições na doutrina brasileira	91
3.3.3.1 Quanto ao conteúdo: materiais e formais	91
3.3.3.2 Quanto à forma: escritas e não escritas	91
3.3.3.3 Quanto à origem: populares e outorgadas	91
3.3.3.4 Quanto à estabilidade: rígidas, super-rígidas, flexíveis e semir-rígidas	92
3.3.3.5 Quanto ao modo de elaboração: dogmáticas e históricas	92
3.3.3.6 Quanto à ideologia: ortodoxas e ecléticas	92
3.3.3.7 Quanto à extensão: sintéticas e analíticas	92
3.3.3.8 Síntese conclusiva sobre a classificação da constituição de 1988	93
3.4 Objeto e conteúdo das constituições	93
3.5 Elementos das constituições	94

Capítulo 4 – História do Constitucionalismo	95
4.1 Justificativa do capítulo	95
4.2 O surgimento da proteção aos direitos fundamentais	95
4.3 O constitucionalismo clássico, a Revolução Francesa e a Independência Americana	97
4.3.1 O constitucionalismo clássico e a racionalização do poder	100
4.4 A derrocada do constitucionalismo clássico e o surgimento do constitucionalismo social	100
4.5 Conceito e classificação dos direitos sociais	101
4.6 Fundamentos do constitucionalismo social	102
4.7 Importância do constitucionalismo social	106
4.8 Evolução.	109
4.8.1 As constituições liberais dos séculos XVIII e XIX.	109
4.8.2 As constituições do século XX.	110
4.8.2.1 A Constituição do México de 1917	110
4.8.2.2 A Constituição de Weimar	111
4.8.2.3 A Constituição da Itália de 1947	113
4.9 A Constituição europeia de 2003: constituição sem estado?	113
Capítulo 5 – Histórico das Constituições Brasileiras	115
5.1 Razão do tratamento específico do tema	115
5.2 A Constituição Imperial de 1824	115
5.3 A Constituição Republicana de 1891	119
5.4 A Constituição de 1934.	120
5.5 A Constituição de 1937.	123
5.6 A Constituição de 1946.	124
5.7 A Constituição de 1967.	125
5.8 A Constituição de 1969	127
5.9 Constitucionalismo social do Brasil.	128
Capítulo 6 – Interpretação da Norma Constitucional	134
6.1 Introdução	134
6.2 Interpretação como ato humano	137
6.3 Interpretação, hermenêutica e integração.	138
6.4 Limites à interpretação	139
6.5 A tese da única interpretação correta.	140
6.6 Processos clássicos de interpretação da norma	141
6.6.1 Processo gramatical	141
6.6.2 Processo lógico	143
6.6.3 Processo sistemático	144
6.6.4 Processo histórico-evolutivo	145

6.7 Crítica aos processos tradicionais	146
6.8 Técnicas de interpretação constitucional.	147
6.8.1 Interpretação constitucional em sistema de <i>commom law</i>	149
6.8.2 Neoconstitucionalismo e técnicas de interpretação constitucional ...	150
6.8.2.1 O método tópico e a interpretação constitucional (Viehweg)..	152
6.8.2.2 A técnica hermenêutico-concretizadora (Hesse)	156
6.8.2.3 A técnica concretista de constituição aberta (Häberle).	156
6.8.2.3.1 A interpretação constitucional e o pensamento possibi-	
lista de Häberle	158
6.8.2.4 A técnica científico-espiritual (Smend)	159
6.8.2.5 A semiologia e a interpretação constitucional.	159
6.8.2.6 A técnica de ponderação de interesses	163
6.9 Princípios de interpretação constitucional	165
6.9.1 O princípio da unidade	168
6.9.2 O princípio da concordância prática	169
6.9.3 O princípio do efeito integrador.	171
6.9.4 O princípio da correção funcional	171
6.9.5 O princípio da interpretação conforme a constituição	172
6.9.5.1 Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de	
texto. Distinção da interpretação conforme	174
6.9.6 O princípio da coloquialidade	175
6.9.7 O princípio da máxima efetividade	176
6.9.8 O princípio da proporcionalidade	176
6.10 Transconstitucionalismo e a interpretação constitucional	179
Capítulo 7 – Aplicabilidade das Normas Constitucionais	182
7.1 Constituição em sentido material e formal.	182
7.1.1 Distinção necessária entre eficácia, aplicabilidade, validade, vigência,	
vigor e existência.	183
7.1.2 A vigência, a eficácia e a retroação da norma constitucional	191
7.2 A nova ordem constitucional em face das normas anteriores: recepção,	
revogação, repristinação e desconstitucionalização	192
7.2.1 Recepção. O princípio da continuidade da ordem jurídica	192
7.2.2 Revogação	193
7.2.3 Repristinação. Repristinação imprópria	193
7.2.4 Desconstitucionalização.	195
7.3 Evolução teórica da eficácia constitucional	196
7.3.1 A eficácia na moderna doutrina constitucional	201
7.3.1.1 A doutrina brasileira e a moderna teoria da eficácia constitu-	
cional.	204
7.4 A supereficácia das normas constitucionais de direito social	211
7.5 Efeitos das normas constitucionais programáticas	213

7.5.1 O direito fundamental ao mínimo existencial	216
7.6 Eficácia do preâmbulo	218
7.7 Norma constitucional com eficácia plena	219
7.8 Norma constitucional com eficácia relativa restringível	220
7.9 Norma constitucional com eficácia relativa complementável	222
7.10 A constitucionalização simbólica	222
7.10.1 Constitucionalização simbólica, autopoiese e alopoiese	224
Capítulo 8 – Controle de Constitucionalidade	225
8.1 Supremacia da constituição	225
8.2 Tipos de inconstitucionalidade	226
8.2.1 Inconstitucionalidade material, formal e orgânica. A inconstitucionalidade chapada	226
8.2.2 Inconstitucionalidade imediata e derivada	227
8.2.3 Inconstitucionalidade parcial e total	227
8.2.4 Inconstitucionalidade comissiva e omissiva	228
8.2.5 Inconstitucionalidade originária e superveniente	229
8.3 Momentos para a efetivação do controle de constitucionalidade	230
8.4 Sistemas de controle repressivo das normas inconstitucionais	232
8.4.1 Controle político	232
8.4.2 Controle judicial (<i>judicial review</i>)	232
8.4.3 Controle misto	233
8.4.4 Exceções ao controle judicial no Brasil	233
8.5 O controle de constitucionalidade no direito estrangeiro	233
8.5.1 O sistema americano (controle concreto-difuso)	234
8.5.2 O sistema austríaco (controle concentrado-abstrato)	234
8.5.3 O controle de constitucionalidade na Suíça	235
8.5.4 O controle de constitucionalidade na Alemanha	235
8.5.5 O controle de constitucionalidade na Itália	235
8.6 Evolução do controle de constitucionalidade no Brasil	236
8.6.1 A Constituição Imperial de 1824	236
8.6.2 A Constituição Republicana de 1891	236
8.6.3 A Constituição de 1934	236
8.6.4 A Constituição de 1937	237
8.6.5 A Emenda Constitucional n. 16, de 26 de novembro de 1965. A Constituição de 1967	237
8.7. Modos de Exercício do Controle Jurisdicional no Brasil	237
8.7.1 O controle concreto-difuso	238
8.7.2 O controle abstrato-concentrado	238
8.7.2.1 A fiscalização direta da constitucionalidade no Brasil	239
8.7.2.1.1 Ação direta de inconstitucionalidade. Legitimidade	240
8.7.2.1.1.1 Objeto da ação direta de inconstitucionalidade	240

8.7.2.1.1.2	Controle de constitucionalidade e descumprimento da decisão do STF	243
8.7.2.1.1.3	Reclamação constitucional e súmula não vinculante. Não cabimento.	244
8.7.2.1.2	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão . . .	245
8.7.2.1.2.1	Distinção entre a ação direta de inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção.	247
8.7.2.1.2.2	O procedimento da ação direta de inconstitucionalidade por omissão e a sua disciplina pela Lei n. 12.063/2009.	248
8.7.2.1.3	Ação declaratória de constitucionalidade	250
8.7.2.1.4	Arguição de descumprimento de preceito fundamental	251
8.7.2.1.4.1	Órgão competente para apreciação. Possibilidade de ADPF estadual	251
8.7.2.1.4.2	Espécies de ADPF	252
8.7.2.1.4.3	Significado de “preceito fundamental”	253
8.7.2.1.4.4	Controle concentrado de norma municipal e o “silêncio eloquente” do art. 102, I, a, da CF. . .	254
8.7.2.1.4.5	O caráter ambivalente da ADPF	254
8.7.2.1.4.6	ADPF e o princípio da subsidiariedade	255
8.7.2.1.4.7	<i>Quorum</i> para julgamento	256
8.7.2.1.4.8	ADPF, eficácia contra todos e efeito vinculante	256
8.7.2.1.4.9	Modulação temporal da eficácia da decisão na ADPF	256
8.7.2.1.4.10	Legitimidade para a ADPF.	256
8.7.3	Parâmetro de controle de constitucionalidade no Brasil.	257
8.8	A participação do Senado no controle de constitucionalidade	257
8.8.1	O procedimento torna “misto” o sistema de controle brasileiro?	258
8.8.2	A atribuição do Senado é exercitável no controle concreto-difuso ou no abstrato-concentrado?	258
8.8.3	Declarada a inconstitucionalidade pelo STF, encontra-se a Casa Legislativa obrigada à suspensão da lei?	259
8.8.4	A decisão que suspende a execução da norma é retroativa?	259
8.8.5	Quem pode comunicar ao Senado a respeito da decisão do STF?	260
8.8.6	Qual a amplitude do pronunciamento legislativo?	261
8.8.7	É passível de revogação pelo próprio Senado o ato suspensivo expedido?	261
8.8.8	Qual o significado de “lei” no art. 52, X?	261
8.8.9	Leis estaduais e municipais também podem ter a execução suspensa pelo Senado?	262

8.9	O controle de constitucionalidade e a pertinência temática.	262
8.10	O procedimento na fiscalização abstrata da constitucionalidade	265
8.10.1	Petição inicial na ação direta. Instrumento de mandato. Aditamento. Necessidade de impugnação específica da lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo autor	266
8.10.2	O princípio da indisponibilidade da instância.	267
8.10.3	Prazo para informações	268
8.10.4	A figura do <i>amicus curiae</i>	268
8.10.5	Requisição quanto a informações adicionais	271
8.10.6	Medida cautelar. <i>Quorum</i> para apreciação. Possibilidade de desistência. Medida cautelar em ADC	271
8.10.7	Decisão na ADIn e na ADC. <i>Quorum</i> regimental	272
8.10.8	Irrecorribilidade da decisão.	272
8.10.9	Modulação temporal da eficácia da decisão na ADIn	272
8.10.10	O princípio da interpretação conforme a constituição. Distinção da declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.	273
8.11	Distinção entre eficácia <i>erga omnes</i> e efeito vinculante	273
8.11.1	Destinatários do efeito vinculante	275
8.11.2	Limite temporal do efeito vinculante.	277
8.11.3	A "abstratização" do controle concreto-difuso e a eficácia <i>erga omnes</i>	277
8.12	O controle de constitucionalidade e o princípio da simetria	280
8.13	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	286
8.13.1	O art. 27 da Lei n. 9.868/99 e sua aplicabilidade ao controle concreto-difuso	288
8.13.2	Efeitos da declaração de constitucionalidade.	289
8.14	O Poder Executivo e as leis inconstitucionais	289
8.15	Coisa julgada e controle de constitucionalidade	290
8.16	Controle de constitucionalidade e normas revogadas	293
8.17	Controle de constitucionalidade, procedimentalismo e substancialismo	295

Parte II

Organização do Estado Brasileiro. Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. Tributação e Orçamento	297
---	-----

Capítulo 9 – Princípios Fundamentais 299

9.1	Justificativa do capítulo	299
9.2	Os princípios fundamentais como normas jurídicas.	300
9.2.1	Os princípios fundamentais em espécie. República, Federação e Estado Democrático de Direito.	300
9.2.1.1	Princípio republicano	300
9.2.1.2	Princípio federativo.	302
9.2.1.3	Estado Democrático de Direito	307

9.2.2 Os fundamentos do Estado brasileiro	308
9.2.2.1 A soberania	308
9.2.2.2 A cidadania. Sentido amplo e estrito	313
9.2.2.3 A dignidade da pessoa humana	314
9.2.2.4 Os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa	317
9.2.2.5 O pluralismo político	317
9.2.3 O parágrafo único do art. 1º da Constituição	319
9.2.4 O art. 2º da Constituição e a tripartição das funções estatais.	320
9.2.5 Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º)	322
9.2.5.1 Sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I, da CF)	323
9.2.5.2 Garantir o desenvolvimento nacional (art. 3º, II, da CF)	324
9.2.5.3 Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III, da CF)	325
9.2.6 O art. 4º e as relações internacionais	326
9.2.6.1 Independência nacional (art. 4º, I, da CF)	327
9.2.6.2 Prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II, da CF)	327
9.2.6.3 Autodeterminação dos povos e não intervenção (art. 4º, III e IV, da CF)	327
9.2.6.4 Igualdade entre os Estados (art. 4º, V, da CF)	328
9.2.6.4.1 Igualdade entre os Estados e o princípio da reciprocidade	329
9.2.6.4.2 Igualdade entre os Estados e a existência de microestados.	329
9.2.6.4.3 Igualdade entre os Estados e imunidade de jurisdição	329
9.2.6.5 Defesa da paz (art. 4º, VI, da CF).	331
9.2.6.6 Solução pacífica dos conflitos (art. 4º, VII, da CF)	331
9.2.6.7 Repúdio ao terrorismo e ao racismo (art. 4º, VIII, da CF)	331
9.2.6.8 A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4º, IX, da CF)	332
9.2.6.9 Concessão de asilo político (art. 4º, X, da CF)	332
9.2.6.10 A redação do parágrafo único do art. 4º da Constituição	333
Capítulo 10 – Organização do Estado Brasileiro.	334
10.1 Considerações iniciais sobre a forma federativa de Estado	334
10.1.1 Natureza jurídica do Estado federal	335
10.1.1.1 Teoria da Divisão da Soberania ou da Dupla Soberania	335
10.1.1.2 Teoria do Direito dos Estados-Membros	336
10.1.1.3 Teoria da Participação dos Estados-Membros na Formação da Vontade do Estado Federal ou Teoria do Estado Unitário Qualificado.	337
10.1.1.4 Opinião	337
10.1.2 Federalismo e Federação	337

10.2	O art. 18 da Constituição e a organização do Estado brasileiro	337
10.3	Os territórios na Constituição de 1988	340
10.4	O Distrito Federal	341
10.4.1	Natureza jurídica do Distrito Federal. A questão da autonomia distrital	341
10.4.2	Organização do Distrito Federal	343
10.5	Os municípios	343
10.5.1	A lei orgânica municipal	344
10.5.2	A controvérsia sobre a inclusão dos Municípios na Federação brasileira	347
10.5.3	Criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios	349
10.5.4	Competências dos Municípios	352
10.5.5	Fiscalização do Município	353
10.6	As vedações impostas aos entes da Federação brasileira	354
10.6.1	Os documentos públicos e o art. 19, II	354
10.6.2	O art. 19, III, e o princípio da isonomia entre brasileiros	354
10.7	Os Estados na Federação brasileira	355
10.7.1	Bens dos Estados	358
10.7.2	Podere s Legislativo, Executivo e Judiciário dos Estados-Membros	359
10.8	A União na Federação brasileira	361
10.8.1	Bens da União	362
Capítulo 11 – Competências na Federação Brasileira		365
11.1	Introdução	365
11.2	A Teoria dos Poderes Implícitos	365
11.3	A Teoria da Predominância do Interesse	367
11.4	As competências em espécie	368
11.4.1	Competências exclusivas	368
11.4.2	Competências privativas	371
11.4.2.1	Requisitos à delegação da competência privativa	375
11.4.3	Competências comuns	379
11.4.4	Competências concorrentes	382
11.4.4.1	A competência suplementar	385
11.4.4.1.1	Competência suplementar municipal	387
11.4.5	Competência residual ou remanescente	388
Capítulo 12 – Intervenção Federal		390
12.1	O princípio da não intervenção	390
12.2	Caracteres da intervenção federal	391
12.2.1	Natureza política	391
12.2.2	Provisoriedade	392
12.3	Espécies de intervenção	392

12.3.1 A intervenção espontânea	392
12.3.2 A intervenção provocada	395
12.3.2.1 A intervenção provocada por solicitação	395
12.3.2.2 A intervenção provocada por requisição	395
12.3.2.2.1 A requisição prevista no art. 36, II, e a obrigatoriedade da edição do decreto interventivo pelo Presidente da República	397
12.3.3 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva	399
12.3.3.1 Hipóteses de cabimento	399
12.3.3.1.1 ADIn interventiva e princípios constitucionais sensíveis	399
12.3.3.1.2 ADIn interventiva e recusa à execução de lei federal	400
12.3.3.1.2.1 Recusa à execução de lei federal por parte de Município. Competência para processar e julgar a ADIn interventiva	400
12.4 Controle político da intervenção	401
12.5 Manifestação do Conselho da República ou do Conselho de Defesa Nacional	402
Capítulo 13 – Divisão das Funções do Estado	404
13.1 Crítica à “tripartição” do poder	404
13.1.1 Caracteres do poder: unidade, indelegabilidade e coatividade.	404
13.2 Evolução teórica da tripartição das funções estatais	405
13.3 Presidencialismo e Parlamentarismo. Caracteres	407
Capítulo 14 – Poder Legislativo	410
14.1 O Poder Legislativo. Bicaleralismo federativo. Funcionamento do Congresso Nacional.	410
14.2 Organização.	412
14.2.1 As comissões	413
14.2.1.1 Comissões temporárias.	413
14.2.1.2 Comissões permanentes.	413
14.2.1.3 Comissões representativas	414
14.2.1.4 Comissões mistas.	415
14.2.1.5 Comissões e dispensa de exame de projeto de lei pelo plenário	415
14.2.3 As Comissões Parlamentares de Inquérito	415
14.2.3.1 As Comissões Parlamentares de Inquérito no direito constitucional estrangeiro	416
14.2.3.2 As Comissões Parlamentares de Inquérito na Constituição brasileira de 1988	417
14.2.3.2.1 CPI e a expressão “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”	417

14.2.3.2.2	CPI e medidas cautelares	418
14.2.3.2.3	CPI e proibição de autoincriminação	419
14.2.3.2.4	CPI e prisão de indiciado	420
14.2.3.2.5	CPI e quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico. O princípio da colegialidade	420
14.2.3.2.6	CPI e liberdade de informação jornalística. Televisa- mento de sessão de CPI	422
14.2.3.2.7	CPI e convocação de magistrados	424
14.2.3.2.8	CPI e reclamação constitucional	424
14.2.3.2.9	CPI e ilegitimidade passiva de mesa do Senado e da Câmara dos Deputados	424
14.2.3.2.10	CPI, imunidade material e depoimento de parla- mentar	425
14.2.3.3.	Pressupostos constitucionais à criação de CPI	425
14.2.3.3.1	Requerimento de um terço dos membros da Casa Legislativa	425
14.2.3.3.2	Fato determinado	426
14.2.3.3.3	Prazo certo	426
14.2.3.3.4	CPI e o art. 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados	427
14.3	Atribuições e competências exclusivas do Congresso Nacional	428
14.4	A Câmara dos Deputados	430
14.4.1	Competências da Câmara dos Deputados	430
14.4.1.1	Juízo de admissibilidade do processo de <i>impeachment</i>	430
14.4.1.2	Tomada de contas do Presidente da República	432
14.4.1.3	Elaboração do regimento interno	432
14.4.1.4	Competências de natureza administrativa	432
14.4.1.5	Eleição dos membros do Conselho da República	432
14.5	O art. 50 da Constituição e a fiscalização do Poder Executivo	433
14.6	O Senado	434
14.6.1	Competências do Senado	434
14.6.1.1	Julgar o Presidente da República	435
14.6.1.2	Aprovar a escolha de autoridades federais	435
14.6.1.3	Escolher chefes de missões diplomáticas permanentes	436
14.6.1.4	Autorizar a realização de operações externas de caráter finan- ceiro	436
14.6.1.5	Fixação dos limites globais para o montante da dívida con- solidada	436
14.6.1.6	A resolução coparticipativa	437
14.6.1.7	Aprovação de destituição do Procurador-Geral da República	437
14.7	Prerrogativas parlamentares	437
14.7.1	Justificativa	437

14.7.2	Espécies de prerrogativas	438
14.7.2.1	Imunidade material ou inviolabilidade	438
14.7.2.2	Imunidade formal ou processual condicionada	440
14.7.2.3	Privilégio de foro	443
14.7.2.4	Parlamentares e dever de testemunhar	444
14.7.2.5	Isenção do serviço militar	444
14.8	Vedações parlamentares. As incompatibilidades	445
14.9	Perda do mandato parlamentar	447
14.9.1	O princípio da unidade de legislatura e a perda do mandato	448
14.10	Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. O Tribunal de Contas da União. Composição	450
14.10.1	Competência do Tribunal de Contas da União	451
14.10.2	O sistema de controle interno	453
14.10.3	Tribunais de Contas estaduais e municipais	453
Capítulo 15	O Processo Legislativo	455
15.1	O processo legislativo. Conceito e natureza jurídica	455
15.2	O art. 59 da Constituição e a hierarquia das espécies normativas	456
15.3	Espécies de processo legislativo	457
15.4	O rito no processo legislativo ordinário	458
15.4.1	A iniciativa: reservada ou exclusiva e concorrente	458
15.4.1.1	Iniciativa reservada e incentivos fiscais	460
15.4.2	Discussão e votação	461
15.4.3	Revisão: aprovação, emendas e rejeição	461
15.4.3.1	Aprovação	461
15.4.3.2	Emendas	461
15.4.3.2.1	Espécies de emendas	461
15.4.4	A intervenção presidencial no processo legislativo brasileiro. A sanção	462
15.4.4.1	O defeito de iniciativa e a teoria da convalidação condicionada	463
15.4.4.2	O veto	464
15.4.5	Promulgação e publicação	466
15.5	O rito no processo legislativo especial	466
15.6	O processo legislativo e as leis delegadas	468
15.6.1	Lei delegada: aspectos gerais	468
15.6.2	Autoridade competente para elaboração da lei delegada	469
15.6.3	Matérias que não podem ser objeto de lei delegada	469
15.6.4	Espécies de lei delegada	470
15.6.5	Veículo normativo autorizatório de lei delegada	470
15.6.6	Impossibilidade de delegação legislativa perene	470
15.7	Os decretos legislativos e as resoluções	471
15.7.1	Natureza dos decretos legislativos	471

15.7.2	Procedimento formativo dos decretos legislativos	471
15.7.3	Distinção entre decretos legislativos e decretos-leis	471
15.7.4	Campo material e efeitos das resoluções.	472
15.7.5	Espécies de resoluções	473
15.7.6	Procedimento formativo das resoluções	473
15.8	O processo legislativo e as medidas provisórias	473
15.8.1	A edição de medidas provisórias após a EC n. 32/2001.	477
15.8.1.1	Vedação material às medidas provisórias	477
15.8.1.2	Medidas provisórias em matéria tributária	478
15.8.1.3	Prazo de vigência das medidas provisórias	479
15.8.1.4	Perda de eficácia de medida provisória.	479
15.8.1.5	Medida provisória modificada por projeto de lei de conver- são	480
15.8.1.6	Medida provisória e juízo prévio sobre atendimento de pres- supostos constitucionais	480
15.8.1.7	Medida provisória e travamento da pauta	480
15.8.1.8	Medidas provisórias e apreciação pelas Casas do Congresso Nacional	481
15.8.1.9	Consequências da rejeição de medida provisória.	481
Capítulo 16	– Poder Executivo	482
16.1	Introdução	482
16.2	Classificação do Poder Executivo (Maurice Duverger).	482
16.3	Titular do Poder Executivo no Brasil.	483
16.4	Classificação das atribuições do Presidente da República.	483
16.5	Eleição do Presidente da República. Condições de elegibilidade. Mandato. Prazo para a posse. Substitutos do Presidente da República. Impedimento/ vacância e o art. 80 da Constituição.	483
16.5.1	Eleição do Presidente da República	484
16.5.2	Condições de elegibilidade	484
16.5.3	Possibilidade de reeleição	484
16.5.4	Eleição e o princípio da maioria absoluta	484
16.5.5	Morte, desistência ou impedimento legal de candidato	485
16.5.6	Posse do Presidente e do Vice	485
16.5.7	Impedimento e vacância do Presidente e do Vice e exercício provi- sório da Presidência da República	486
16.5.8	Vacância dos cargos de Presidente e Vice e o tempo de mandato decorrido	486
16.6	Responsabilidade do Presidente da República	486
16.6.1	Constituições estaduais e regra mais benéfica quanto à prisão de Governador	489

16.7 Amplitude do § 4º do art. 86	490
16.7.1 Foro especial por prerrogativa de função e crimes dolosos contra a vida praticados pelo Presidente da República	491
Capítulo 17 – Administração Pública	492
17.1 Introdução. A função administrativa. Administração Pública direta e indireta	492
17.2 Princípios constitucionais da Administração Pública	494
17.2.1 O princípio da legalidade	494
17.2.2 O princípio da impessoalidade	496
17.2.2.1 Distinção entre impessoalidade e igualdade	498
17.2.3 O princípio da moralidade	499
17.2.3.1 Princípio da moralidade e nepotismo	500
17.2.3.1.1 Nepotismo e a Súmula Vinculante 13	501
17.2.4 O princípio da publicidade	501
17.2.5 O princípio da eficiência	504
17.3 Questões constitucionais sobre os agentes públicos	505
17.3.1 Os agentes públicos: agentes políticos, administrativos, honoríficos e delegados	506
17.3.1.1 Conceito de agente público	506
17.3.1.2 Espécies de agentes públicos	506
17.3.1.2.1 Agentes políticos	506
17.3.1.2.2 Agentes administrativos	506
17.3.1.2.3 Agentes honoríficos	508
17.3.1.2.4 Agentes delegados	508
17.3.2 O art. 37, I, e o acesso aos cargos, empregos e funções públicas	508
17.3.3 O art. 37, II, e o concurso público	508
17.3.3.1 Função de confiança e cargo em comissão	509
17.3.4 O exame do art. 37, II e IX, e os problemas da contratação de servidores temporários	513
17.3.5 Concurso público: readmissão, reversão e transposição à luz do art. 37, II, da Constituição	516
17.3.5.1 Considerações sobre a transposição do regime celetista para estatutário	517
17.3.6 O art. 37, II, e o problema dos requisitos fixados em edital	519
17.3.7 Greve no serviço público	519
17.3.7.1 O direito de greve no serviço público e o julgamento dos MIs 670 e 712	522
17.3.7.2 Greve no serviço público, negociação coletiva e lei orçamentária	522
17.3.8 Valor máximo para remunerações e subsídios	522
17.3.9 Acumulação de cargos públicos	525

17.3.10	O § 3º, I, do art. 37 e o direito de reclamação	526
17.3.11	O art. 41 e a estabilidade dos servidores públicos	527
Capítulo 18 – Poder Judiciário		530
18.1	Organização do Poder Judiciário brasileiro	530
18.1.1	O STF é corte constitucional?	530
18.2	A função judicial. Funções típicas e atípicas do Poder Judiciário	531
18.3	O art. 93 e a organização da magistratura nacional	532
18.4	Juizados especiais e justiça de paz	538
18.5	Autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário	539
18.6	A Constituição e o regime de precatórios	540
18.7	Garantias. Vedações constitucionais impostas aos juízes	543
18.8	Competências do Supremo Tribunal Federal	544
18.8.1	O recurso extraordinário e a repercussão geral das questões constitucionais	547
18.9	O Supremo Tribunal Federal e a súmula vinculante	549
18.9.1	A súmula vinculante após a edição da Lei n. 11.417, de 19 de dezembro de 2006	555
18.9.1.1	Súmula vinculante e reclamação constitucional	558
18.10	O Conselho Nacional de Justiça	562
18.10.1	Atribuições do Conselho Nacional de Justiça	563
18.11	O Superior Tribunal de Justiça	566
18.11.1	Competências do Superior Tribunal de Justiça	566
18.12	Os Tribunais Regionais Federais e os juízes federais	568
18.12.1	Competência dos Tribunais Regionais Federais	569
18.12.2	Competência dos juízes federais	569
18.13	Os tribunais e juízes do trabalho	573
18.13.1	Competência da Justiça do Trabalho	573
18.13.1.1	Os dissídios coletivos e a competência da Justiça do Trabalho	582
18.13.2	Os Tribunais Regionais do Trabalho	585
18.14	Tribunais e juízes eleitorais	586
18.15	Tribunais e juízes militares	587
18.15.1	Competência da Justiça Militar	588
18.16	Tribunais e juízes dos Estados	588
18.16.1	Competência da Justiça estadual	588
18.16.2	Funcionamento da Justiça estadual	589
18.17	Disciplina constitucional dos serviços notariais e de registro	589
Capítulo 19 – Funções Essenciais à Justiça		591
19.1	O princípio da inércia da jurisdição e as funções essenciais à Justiça	591
19.2	O Ministério Público	592

19.2.1 Princípios institucionais	593
19.2.1.1 Unidade	593
19.2.1.2 Indivisibilidade	594
19.2.1.3 Independência funcional	594
19.2.1.4 O princípio do promotor natural	595
19.2.2 Autonomias funcional, administrativa e financeira do Ministério Público	599
19.2.2.1 Alteração de lei complementar e autonomia do Ministério Público	602
19.2.3 Organização do Ministério Público no Brasil	604
19.2.3.1 Chefia do MPU	604
19.2.3.2 Destituição do Procurador-Geral da República	605
19.2.3.3 Competência para nomeação do Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	605
19.2.3.4 O Conselho Nacional do Ministério Público	606
19.2.3.4.1 Atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público	607
19.2.3.4.2 Funcionamento do Conselho Nacional do Ministério Público	608
19.2.4 Garantias funcionais	608
19.2.4.1 Vitaliciedade	608
19.2.4.2 Inamovibilidade	609
19.2.4.3 Irredutibilidade de subsídio	610
19.2.5 Vedações	611
19.2.6 Funções institucionais	613
19.2.6.1 Promoção privativa da ação penal pública	613
19.2.6.2 Zelo pelo efetivo respeito aos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública	614
19.2.6.3 Promoção do inquérito civil e da ação civil pública	614
19.2.6.4 Promoção da ação de inconstitucionalidade e da representação interventiva	616
19.2.6.5 Defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas	616
19.2.6.6 Expedição de notificações	617
19.2.6.7 Investigação do MP e denúncia anônima	618
19.2.6.8 Controle externo da atividade policial	619
19.2.6.9 Requisição de diligências investigatórias e instauração de inquérito policial	620
19.2.6.10 O art. 129, IX, como norma de fechamento	623
19.2.7 O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	623
19.3 A advocacia pública	625
19.4 A advocacia	628

19.5 A Defensoria Pública	629
19.5.1 A dimensão atual do acesso à Justiça	630
19.5.1.1 Acesso à Justiça e a Defensoria Pública	631
19.5.2 Defensoria Pública e legitimidade para ação civil pública	632
Capítulo 20 – Estado de defesa e estado de sítio	634
20.1 Introdução	634
20.2 Princípios atinentes ao estado de defesa e ao estado de sítio	634
20.2.1 O princípio da necessidade	634
20.2.2 O princípio da temporariedade	635
20.2.3 O princípio da proporcionalidade	635
20.3 Pressupostos materiais à decretação de estado de defesa e de estado de sítio	635
20.3.1 Pressupostos materiais à decretação de estado de defesa	635
20.3.2 Pressupostos materiais à decretação de estado de sítio	636
20.4 Pressupostos formais à decretação de estado de defesa e estado de sítio	636
20.4.1 Pressupostos formais à decretação de estado de defesa	636
20.4.2 Pressupostos formais à decretação de estado de sítio	637
20.5 O art. 139 e as restrições aos direitos individuais	638
Capítulo 21 – Tributação e Orçamento	639
21.1 O sistema constitucional e as espécies tributárias	639
21.2 Competências constitucionais tributárias	640
21.3 Princípios constitucionais tributários	641
21.3.1 O princípio da legalidade estrita	641
21.3.2 O princípio da igualdade tributária	642
21.3.3 O princípio da irretroatividade	642
21.3.4 O princípio da anterioridade	643
21.3.5 O princípio da imunidade tributária recíproca	644
21.3.6 O princípio da anterioridade nonagesimal	644
21.3.7 O princípio da anterioridade nonagesimal genérica	644
21.3.7.1 Traços distintivos entre anterioridade, anterioridade nonagesimal e anterioridade nonagesimal genérica	646
21.3.8 O princípio do não confisco	647
21.3.9 O princípio da uniformidade geográfica	649
21.4 Impostos da União	649
21.5 Impostos dos Estados e do Distrito Federal	650
21.6 Impostos dos Municípios	650
21.7 Repartição das receitas tributárias	650
21.8 Finanças públicas	652
21.8.1 Normas gerais sobre finanças públicas	653
21.8.2 O sistema constitucional orçamentário	653
21.8.3 Classificação do orçamento público	655

21.8.4 Princípios constitucionais orçamentários	656
21.8.4.1 Princípio da unidade.	656
21.8.4.2 Princípio da exclusividade.	656
21.8.4.3 Princípio da anualidade	656
21.8.4.4 Princípio da programação	657
21.8.4.5 Princípio da especialização ou da especificação.	657
21.8.4.6 Princípio da universalidade.	657
21.8.4.7 Princípio da transparência orçamentária.	657
21.8.4.8 Princípio da não afetação das receitas	657
21.8.5 Vedações orçamentárias.	658
21.8.6 Desvinculação das Receitas da União (DRU).	661

Parte III

Direitos e Garantias Fundamentais. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social	663
---	-----

Capítulo 22 – Teoria dos Direitos Fundamentais 665

22.1 Justificativa do Capítulo	665
22.2 Opção pela expressão “direitos fundamentais”.	665
22.2.1 Direitos fundamentais e direitos humanos.	665
22.2.2 Direitos fundamentais e liberdades públicas	669
22.2.3 Direitos fundamentais e direitos individuais.	669
22.2.4 Direitos fundamentais e direitos públicos subjetivos	670
22.2.5 Significado da expressão “direitos e garantias fundamentais”	670
22.3 A teoria dos quatro <i>status</i> dos direitos fundamentais (Jellinek)	671
22.4 Dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	671
22.5 As gerações dos direitos fundamentais.	672
22.6 Visão crítica dos direitos fundamentais	673
22.7 Caracteres dos direitos fundamentais.	673
22.8 A teoria dos limites imanentes dos direitos fundamentais	674
22.9 Concorrência de direitos fundamentais	675
22.10 A materialidade dos direitos fundamentais.	676
22.11 A eficácia externa ou horizontal dos direitos fundamentais	678

Capítulo 23 – Direitos Individuais 682

23.1 Uma questão inicial: os destinatários dos direitos individuais.	682
23.2 Direito à vida.	683
23.2.1 Pena de morte e plebiscito.	684
23.2.2 Direito à vida e aborto	685
23.2.3 Direito à vida e eutanásia	687
23.2.4 Direito à vida e pesquisas com células-tronco	688
23.3 O princípio da isonomia	689
23.3.1 Discriminação legítima e ilegítima.	690
23.3.2 Igualdade entre homens e mulheres	691

23.3.3 O princípio da igualdade e as ações afirmativas	692
23.3.3.1 Ações afirmativas: questões conceituais.	692
23.3.3.2 Ações afirmativas nos Estados Unidos.	692
23.3.3.3 Ações afirmativas no Brasil. Sistema de quotas nas universi- dades públicas. Constitucionalidade	693
23.4 O princípio da legalidade	695
23.5 O art. 5º, III, a tortura e o tratamento desumano ou degradante	697
23.6 O direito de reunião	700
23.6.1 Pluralidade de participantes	700
23.6.2 Duração limitada e caráter episódico.	700
23.6.3 Propósito certo.	700
23.6.4 Local fechado ou área reservada.	701
23.6.5 Direito de reunião e dispensa de autorização do Poder Público.	701
23.6.6 Direito de reunião e intervenção de autoridade policial.	701
23.6.7 Possibilidade de suspensão do direito individual de reunião	701
23.6.8 Ausência dos requisitos do direito de reunião. Consequência	702
23.7 O direito de associação	702
23.7.1 Direito de associação civil	702
23.7.2 Direito de associação profissional ou sindical	702
23.7.3 Direito de associação política	703
23.8 O direito do autor	703
23.9 O Tribunal do Júri.	704
23.10 Direito de liberdade. O princípio da liberdade-matriz.	707
23.10.1 Liberdade de manifestação do pensamento	708
23.10.2 Liberdade religiosa	713
23.10.2.1 As Constituições brasileiras e a proteção à liberdade reli- giosa.	715
23.10.2.2 A proteção à liberdade religiosa na Constituição de 1988.	717
23.10.2.2.1 Visão crítica da liberdade religiosa na Constituição de 1988	720
23.10.2.3 Questões controvertidas sobre a liberdade religiosa	721
23.10.2.3.1 A inclusão do nome de Deus no Preâmbulo do Tex- to Constitucional afasta a posição laica do Estado bra- sileiro?	721
23.10.2.3.2 A expressão “Deus seja louvado” em notas de real – hipótese de proselitismo religioso do Estado brasileiro?	723
23.10.2.3.3 A polêmica sobre o dia da semana para a realização de concurso público	724
23.10.2.3.4 O sacrifício de animais nas liturgias do Candomblé e da Umbanda – exame à luz da Constituição e da legislação ordinária	725
23.10.2.3.5 A transfusão de sangue e a opção religiosa.	726
23.10.3 Liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científi- ca e de comunicação	728

23.10.4 Liberdade de ação profissional	729
23.10.5 Liberdade de informação	731
23.10.5.1 Amplitude do direito de informação: direito de informar, informar-se e ser informado	731
23.10.5.2 Direito de informação e os direitos individuais à intimida- de, vida privada, honra e imagem das pessoas	732
23.11 Os direitos individuais à intimidade e à vida privada	733
23.11.1 Direito à intimidade e liberdade de informação após a EC n. 45/2004	738
23.12 Direito à honra	740
23.13 A imagem (direito de imagem e direito à imagem)	740
23.13.1 Distinção entre imagem-atributo e honra	744
23.13.2 Direito de imagem e direito de arena	745
23.13.3 Direito de(à) imagem dos acusados	746
23.14 Inviolabilidade do domicílio	748
23.15 Inviolabilidade das comunicações	755
23.16 Direito de propriedade	758
23.17 O princípio da retroatividade relativa da lei	759
23.18 O princípio do devido processo legal	762
23.18.1 O princípio do contraditório e da ampla defesa	764
23.18.2 O princípio da proibição da prova ilícita	767
23.18.3 O princípio da presunção de não culpabilidade/princípio da ino- cência	769
23.18.4 O princípio da publicidade dos atos processuais	771
23.18.5 O devido processo legal e o processo penal	772
23.18.5.1 Prisão e devido processo legal	772
23.18.5.2 Direito ao silêncio e devido processo legal	774
23.18.6 Os princípios do juiz e do promotor natural	776
23.18.7 O art. 5º, LXXVIII, e a razoável duração do processo	778
23.19 Garantias constitucionais penais	782
23.20 O direito de petição	785
23.21 O princípio do direito de ação	787
Capítulo 24 – Direitos Sociais Trabalhistas	790
24.1 Conceito e classificação dos direitos sociais	790
24.1.1 Conceito dos direitos sociais	790
24.1.2 Classificação dos direitos sociais	790
24.2 Os direitos sociais trabalhistas na Constituição de 1988	791
24.2.1 O princípio de proteção ao hipossuficiente e sua inserção na Cons- tituição de 1988	791
24.2.1.1 Aplicação da regra <i>in dubio pro operario</i>	791
24.2.1.2 Aplicação da norma mais favorável	791
24.2.1.3 Aplicação da condição mais benéfica	792

24.2.2 A proteção à relação de emprego	792
24.2.2.1 Exame da constitucionalidade do art. 118 da Lei n. 8.213/91	793
24.2.3 O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	794
24.2.4 O salário mínimo.	794
24.2.4.1 Proibição de vinculação ao salário mínimo.	795
24.2.4.2 Redução de salário e redução de jornada	796
24.2.4.3 Salário mínimo e as Súmulas do STF	798
24.2.5 Piso salarial	798
24.2.6 O princípio da autonomia privada negocial coletiva	799
24.2.7 Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos	800
24.2.8 As férias	801
24.2.9 Licença e estabilidade à gestante	801
24.2.10 Licença-paternidade.	803
24.2.11 Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.	803
24.2.12 Redução dos riscos inerentes ao trabalho	804
24.2.13 A prescrição dos direitos trabalhistas	805
24.2.14 O princípio constitucional da não discriminação e as relações de trabalho.	807
24.2.15 A proibição ao trabalho da criança e do adolescente.	809
24.2.16 A proteção em face da automação	810
24.2.17 Os direitos dos trabalhadores domésticos.	811
24.2.18 Os direitos sociais trabalhistas coletivos e o art. 8º da Constituição	811
24.2.19 O art. 9º da Constituição e o direito de greve	818
24.2.20 A participação dos trabalhadores e empregadores em órgãos públicos e nos cargos de representação na empresa.	820
Capítulo 25 – Direitos da Nacionalidade	822
25.1 Nacionalidade: conceito e natureza jurídica.	822
25.2 Distinção entre povo, nação e população	823
25.3 Nacional e cidadão	823
25.4 Classificação	823
25.4.1 Nacionalidade originária ou primária	823
25.4.2 Nacionalidade secundária ou adquirida.	824
25.5 Conflitos negativos e positivos de nacionalidade	824
25.6 Nacionalidade originária na Constituição de 1988	825
25.6.1 A nacionalidade potestativa	826
25.7 Nacionalidade adquirida na Constituição de 1988	828
25.8 Cargos privativos de brasileiros natos	829
25.9 Distinção entre brasileiros natos e naturalizados	829
25.10 Perda da nacionalidade brasileira	830
25.11 Direitos da nacionalidade, extradição, expulsão e deportação. Pressupostos à concessão de extradição	831

25.12 Direitos da nacionalidade, extradição e a jurisprudência do STF	832
25.13 A língua portuguesa e os símbolos nacionais.	833
Capítulo 26 – Direitos Políticos e Partidos Políticos	835
26.1 Conceito de direitos políticos. O art. 14 da Constituição. O sufrágio universal	835
26.1.1 Distinção entre sufrágio, voto e escrutínio	835
26.2. Instrumentos de democracia participativa	836
26.3. Capacidade eleitoral ativa	837
26.4. Capacidade eleitoral passiva	837
26.4.1 Elegibilidade dos militares	840
26.4.2 O § 9º do art. 14 da CF e o registro de candidato “ficha suja”	841
26.5 Perda ou suspensão dos direitos políticos	843
26.6 Anualidade da lei eleitoral	843
26.7 Partidos políticos. Conceito. Natureza jurídica	844
26.7.1 Princípios constitucionais dos partidos políticos.	844
26.7.2 Fidelidade e disciplina partidárias.	845
26.7.3 Direito de antena.	848
Capítulo 27 – Instrumentos de Garantia de Direitos	849
27.1 Nota explicativa ao Capítulo	849
27.2 O <i>habeas corpus</i>	849
27.2.1 A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	849
27.2.2 Espécies de <i>habeas corpus</i> : preventivo e repressivo	850
27.2.3 <i>Habeas corpus</i> , liberdade de locomoção e liberdade de circulação.	850
27.2.4 Legitimidade ampla para impetração de <i>habeas corpus</i>	851
27.2.5 Forma de impetração. Petição inicial de <i>habeas corpus</i> apócrifa.	851
27.2.6 Agente coator no <i>habeas corpus</i> . O particular	852
27.2.7 Não cabimento do <i>habeas corpus</i>	852
27.2.8 Suspensão do <i>habeas corpus</i>	853
27.3 O mandado de segurança	854
27.3.1 Natureza jurídica da ação constitucional	854
27.3.2 A expressão “direito líquido e certo”.	854
27.3.3 Não cabimento para tutela à liberdade de ir e vir e autodeterminação informática	855
27.3.4 Espécies de mandado de segurança.	855
27.3.5 Agente coator em sede de mandado de segurança. Particular e competência delegada	856
27.3.6 Mandado de segurança e o art. 5º da Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009	857
27.3.7 Prazo para impetração. Constitucionalidade	858
27.3.9 Competência para julgamento	859

Capítulo 28 – Ordem Econômica e Financeira	882
28.1 Ambiguidade da expressão “ordem econômica”. Conceito de ordem econômica. Objetivos da ordem econômica	882
28.2 Princípios gerais da atividade econômica. Modelos de ordem econômica. A opção constituinte.	883
28.2.1 Propriedade privada.	884
28.2.2 Função social	885
28.2.3 Livre concorrência	885
28.2.4 Defesa do consumidor	886
28.2.5 Defesa do meio ambiente.	886
28.2.6 Busca do pleno emprego	886
28.2.7 Tratamento favorecido ao pequeno empresário (conceito de empresa brasileira)	887
28.2.8 O princípio da liberdade de iniciativa econômica	888
28.3 A intervenção do Estado no domínio econômico na Constituição de 1988. A intervenção direta e indireta. O planejamento econômico.	889
28.3.1 A intervenção direta	889
28.3.1.1 Traços distintivos entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista	891
28.3.1.2 Intervenção direta e o princípio isonômico	891
28.3.2 A intervenção indireta	892
28.3.2.1 Modalidades de intervenção indireta. A fiscalização, o incentivo e o planejamento.	893
28.4 Livre concorrência e o § 4º do art. 173	897
28.5 Monopólio da União	898
28.6 Política urbana	899
28.6.1 O plano diretor	900
28.6.2 Função social da propriedade urbana. Sanções para descumprimento	901
28.6.2.1 Distinção entre interesse social, necessidade pública e utilidade pública.	903
28.6.3 Usucapião pró-moradia.	903
28.7 Política agrária, fundiária e reforma agrária	904
28.7.1 Usucapião <i>pro-labore</i>	906
28.8 Insuscetibilidade de usucapião de imóveis públicos urbanos e rurais	906
28.9 O sistema financeiro nacional.	906
Capítulo 29 – Ordem Social	907
29.1 Introdução	907
29.2 A seguridade social	907
29.2.1 O direito à saúde.	910
29.2.2 A previdência social	916
29.2.2.1 Aposentadoria de servidores públicos.	916

29.2.2.1.1 Aposentadoria especial de servidor público	917
29.2.2.2 Aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada	918
29.2.2.3 O princípio da inclusão previdenciária	919
29.2.3 A assistência social	919
29.3 Educação, cultura e desporto	920
29.4 Ciência e tecnologia	927
29.5 Comunicação social	927
29.6 Meio ambiente. Conceito. A proteção no sistema constitucional	931
29.6.1 Classificação do meio ambiente	935
29.6.1.1 Meio ambiente natural	935
29.6.1.1.1 Proteção à fauna e manifestações culturais	935
29.6.1.2 Meio ambiente artificial	935
29.6.1.3 Meio ambiente cultural	936
29.6.1.4 Meio ambiente do trabalho	936
29.6.2. Princípios constitucionais ambientais	936
29.6.2.1 Princípio da responsabilidade	936
29.6.2.2 Princípio da precaução	936
29.6.2.3 Princípio do poluidor-pagador	936
29.6.2.4 Princípio da proteção ambiental	937
29.6.2.5 Princípio da equidade intergeracional	937
29.6.2.6 Princípio da cooperação	937
29.6.3 Socioambientalismo e a Constituição de 1988	937
29.6.4 Transgenismo e meio ambiente	938
29.7 A família na Constituição de 1988. A criança, o adolescente, o jovem e o idoso	938
29.7.1 O § 6º do art. 226 e a disciplina constitucional do divórcio	943
29.8 Os índios	943
Referências	947
Índice remissivo	965
Índice onomástico	989
Índice de ECs	999
Súmulas Vinculantes	1005